DE LONDRES À AMAZÔNIA: A INTEGRAÇÃO CIDADE-CAMPO COMO ESQUEMA DE COLONIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE CIDADES NOVAS.

Renato Leão Rego

Universidade Estadual de Maringá – UEM

Introdução

No período do regime militar, o programa governamental 'Integrar para desenvolver' visava a integração física, econômica e cultural da Amazônia ao resto do país; o programa ainda pretendia absorver, naquela região, excedentes populacionais de outras regiões brasileiras e elevar o nível de renda e bem-estar da população local (Brasil, 1972). Desse modo, a abertura da rodovia Transamazônica favoreceu não só a conexão da região norte às demais regiões do país como também o avanço da rede urbana com a criação de cidades novas.

O projeto para a colonização da bacia amazônica desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no início dos anos 1970, propunha criar núcleos urbanos integrados à zona rural ao longo da rodovia Transamazônica de modo favorecer a atividade agrícola e fixar o homem no campo. Porque era necessária, como subsídio à agricultura, "a multiplicação dos pequenos núcleos urbanos de apoio, praticamente desconhecidos pela tradicional rede urbana do país" (Brasil, 1973). Com isso, "o avanço das frentes pioneiras, modificando as divisas do desenvolvimento, gerou 'a construção progressiva de uma rede urbana de apoio, hierarquizada segundo suas funções, para sua eficiente incorporação à economia nacional' (Brasil, 1971)" (Trevisan, 2011, p.6).

Chamado de *Urbanismo Rural*, o projeto do INCRA pretendia "dar ao campo os benefícios das cidades" adaptando "ao meio rural as técnicas urbanísticas utilizadas na cidade" (Camargo, 1973, p.2). Fortemente alicerçado na integração cidade-campo, o *Urbanismo Rural* propunha uma rede de núcleos urbanos hierarquizados, próximos, regularmente espaçados e conectados entre si. Mas esta ideia não era nova, já que no seu estudo sobre *Cidades e fronteiras no Brasil*, o geógrafo norte-americano Martin T. Katzman (1977, p.80 e 60) registrou que o projeto do INCRA – portanto, a ação governamental – para a ocupação territorial da bacia amazônica havia "emprestado" elementos do bem-sucedido esquema de colonização privada norte-paranaense da primeira metade do século XX.

Kaztman, no entanto, não avançou na análise das afinidades entres estes dois esquemas de colonização.

Desse modo, este trabalho pretende apresentar o *Urbanismo Rural* e analisá-lo à luz do esquema privado de colonização do norte do Paraná, mostrando que os elementos emprestados dessa experiência bem-sucedida remontam, originalmente, ao ideário *garden city*; pretende ainda mostrar que a experiência norte-paranaense embasou também a criação de cidades novas e a colonização do norte de Mato Grosso. Pois, como apontou Calabi (2012), o urbanismo (assim como o planejamento urbano) se mostrou desde sempre uma disciplina "muito dinâmica e flexível" e o seu profissional, capaz de adquirir noções de outras áreas e aproveitá-las em seu próprio campo, não deixou de promover a "fertilização cruzada" (Sutcliffe, 1981, p.163) de experiências diversas.

O *Urbanismo Rural* e a ocupação planejada da bacia amazônica

O *Planejamento Urbano Rural*, ou simplesmente *Urbanismo Rural*, foi elaborado pelo urbanista carioca José Geraldo da Cunha Camargo. Desde 1955 Camargo era arquiteto do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) – órgão público federal antecessor do INCRA e, em 1965, também passou a responder como professor do curso de urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro na cadeira de planejamento regional e urbano (Camargo, 1973, p.52).

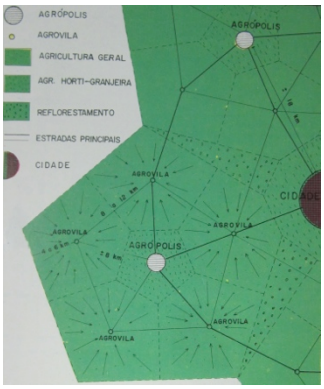

Figura 1. O esquema integrado e hierárquico do *Urbanismo Rural*. Fonte: Camargo, 1973.

Camargo tratou o *Urbanismo Rural* como o planejamento social, econômico e físico do meio rural, determinando o 'zoneamento', o 'uso' e o 'dimensionamento' das áreas rurais atreladas a núcleos urbanos hierarquizados, de modo a promover o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades rurais (Camargo, 1973, p.7). O esquema adotado para sua organização espacial do *Urbanismo Rural* consistia de "três tipos de 'urbs'

rurais: a *Agrovila*, a *Agrópolis* e a *Rurópolis*, formando uma hierarquia urbanística segundo a infraestrutura social, cultural e econômica e tendo cada qual sua função específica" (Camargo, 1973, p.10. Figura 1). Nesta rede de núcleos urbanos hierarquizados, interdependentes, próximos e interligados por estradas, a cidade propriamente dita era considerada o núcleo urbano com mais de 50.000 habitantes e podia estar localizada em um raio de até 500 km de abrangência.

A *agrovila* era então um pequeno centro urbano destinado à moradia dos trabalhadores rurais e à sua integração social. Mais especificamente, era um "bairro rural" com um "parque central" onde ficavam escola, pequena sede administrativa, centro social, posto de saúde, "pequeno templo ecumênico" e certos equipamentos recreativos. Todos os trabalhadores rurais, proprietários de terras ou empregados rurais, deviam residir no lote urbano da *agrovila*, que tinha espaço para horta, pomar e criação de pequenos animais; já os lotes rurais tinham aproximadamente 100 ha, admitindo que esta área podia vir a absorver a mão-de-obra daqueles que não tinham condições de se tornar proprietários e, desse modo, contar com três a cinco chefes de família trabalhando em cada lote rural (Camargo, 1973, p.23).

A população de uma *agrovila* era determinada pelo número de crianças necessário para o funcionamento de uma escola rural e isso correspondia a um grupo entre 500 e 1500 habitantes – ou de 100 a 300 famílias. De acordo com Camargo (1973, p.14), a *agrovila* não devia ser construída isoladamente, mas integrando um sistema de *agrovilas*, *agrópolis* e *rurópolis*, de modo que *agrovilas* funcionassem como satélites de uma *agrópolis*, a fim de ter complementadas suas necessidades sociais e econômicas (Figura 2).

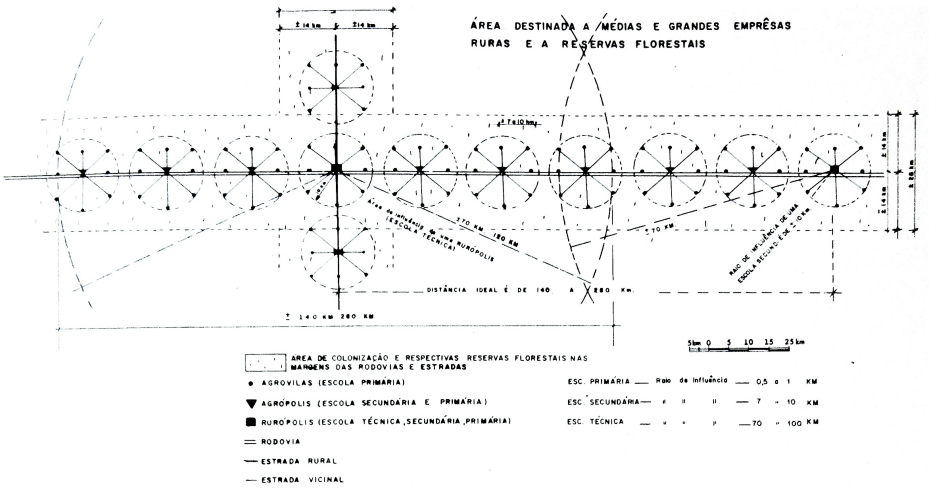

Figura 2. Relação ideal de distâncias entre *agrovilas*, *agrópolis* e *rurópolis*, no Urbanismo Rural. Fonte: Camargo, 1973.

Assim a *agrópolis* consistia em um pequeno centro urbano agroindustrial com influência socioeconômica, cultural e administrativa sobre uma área ideal de aproximadamente 10 km de raio, na qual podem estar situadas de 8 a 12 *agrovilas*. Além da estrutura básica de uma *agrovila*, a *agrópolis* contava também com ensino secundário, comércio diversificado, cooperativa, pequenas agroindústrias, ambulatório médico-odontológico, cemitério, centro telefônico, correio e telégrafo. Uma *agrópolis* devia comportar de 300 a 600 famílias – ou seja, uma população entre 1500 e 3000 habitantes. A distância entre uma *agrovila* e uma *agrópolis* podia ser percorrida por bicicleta – no caso de um estudante rumo a uma escola secundária – e a distância média entre duas *agrópolis* era de 20 km, podendo ser percorrida de caminhão, ônibus ou automóvel.

A *Rurópolis*, por sua vez, era um pequeno polo de desenvolvimento com aproximadamente 20.000 habitantes, conformando "o centro principal de uma grande comunidade rural constituída por *agrópolis* e *agrovilas*, distribuídas num raio teórico de ação de cerca de 70 a 140 quilômetros" (Camargo, 1973, p.17). Hierarquicamente mais importante, a *rurópolis* acumulava mais funções e mais equipamentos urbanos, sempre respeitando a ideia de dar suporte à atividade rural e aos núcleos urbanos satélites.

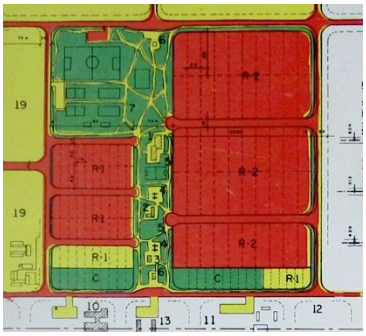

Figura 3. Proposta de traçado urbano para *agrópolis*. Fonte: Camargo, 1973.

O traçado urbano sugerido por Camargo para *agrovilas*, *agrópolis* e *rurópolis* estava formalmente ligado ao urbanismo racionalista (Figura 3). A afinidade de José Geraldo da Cunha Camargo com o ideário do urbanismo racionalista já podia ser percebida na proposta número 20 apresentada pelo urbanista no concurso do Plano Piloto de Brasília. Dialogando com os conceitos de unidade de vizinhança e de cidade jardim, na proposta de Camargo para o plano piloto da nova capital federal prevaleciam o convívio entre cidadãos e a constituição de uma vida comunitária (Tavares, 2004, p.285). A configuração do centro comercial da proposta que Camargo elaborou para o plano piloto de Brasília parece ter se tornado uma referência para os projetos das unidades urbano-rurais posteriores (Braga, 2011,

p.279). Com efeito, o texto do *Urbanismo Rural* indica algumas teorias urbanas semelhantes àquelas registradas na proposta de Camargo – como a ideia sistematizada por Le Corbusier de associar a distribuição racional da população ao percurso casa-trabalho ou casa-escola (Braga, 2011, p.281). Assim, os núcleos urbanos do *Urbanismo Rural* também apresentam unidades de vizinhança, hierarquização viária (com vias principais, vias locais e vias de pedestres), separação entre automóveis e pedestres, *cul-de-sacs*, setorização e zoneamento funcional. Camargo ainda previu a implementação progressiva de módulos urbanos de modo a evitar a especulação imobiliária e a dispersão urbana.

Desvinculado da acessibilidade fluvial tradicional na região, o *Urbanismo Rural* criou cidades 'de beira de estrada', em padrão de ocupação territorial distinto (Cardoso e Lima, 2009, p.162; Trevisan, 2011; Doula e Kikuchi, 2005). Em 1973 Camargo contou trinta *agrovilas* e uma *agrópolis* implantadas ao longo da Transamazônica; outras sete *agrópolis* estavam em fase de implantação. A primeira *rurópolis* estava então sendo construída, ao passo que as cidades de Marabá, Altamira e Itaituba vinham funcionando de maneira similar (Camargo, 1973, p.28).

Howard nos trópicos: o esquema de colonização norte-paranaense

O esquema de colonização do INCRA chamado de *Urbanismo Rural* coincidiu com a colonização norte-paranaense na integração cidade-campo, na hierarquização dos núcleos urbanos interdependentes, próximos e conectados e no assentamento de pequenos colonos. O norte do Paraná fora submetido, a partir do final dos anos 1920, à colonização sistemática e à urbanização deliberada, resultante de um investimento estrangeiro de especulação fundiária impulsionado pelo avanço da cultura cafeeira. A *Parana Plantations Ltd.* era uma empresa inglesa, sediada em Londres, que controlava as subsidiárias brasileiras Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP, mais tarde chamada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP) e Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná – as duas companhias que estabeleceram uma prática coordenada de construção da linha férrea e de criação de cidades. O esquema de colonização pode ser verificado nos poucos planos remanescentes, na proposta do traçado da ferrovia e nos projetos urbanos elaborados por engenheiros e agrimensores – a maioria imigrantes – mas submetidos à aprovação do escritório londrino da empresa (cf. Rego, 2009, p.99; Yamaki, 2006, p.8).

Desse modo, surgiu ao longo da via férrea, um cordão de cidades autônomas e equivalentes nas dimensões e na infraestrutura (Figura 4). Cercadas por um cinturão verde de pequenas chácaras que protegiam as nascentes contiguas, estas cidades estavam espaçadas a

intervalos regulares de no máximo 15 km – uma distância que coibia a grande propriedade rural e permitia que, se necessário, se alcançasse o núcleo urbano mais próximo a pé (Rego, 2009; Rego 2011). Analisando o desenvolvimento organizado do norte do Paraná, o geógrafo norte-americano C. L. Dozier (1956) entendeu que a companhia colonizadora estava interessada em desenvolver toda a região, e não apenas vender lotes rurais, e que, para ela, o desenvolvimento regional dependia de um grande número de pequenos agricultores, de centros urbanos e de pronta acessibilidade.

Figura 4. Mapa da colonização do norte do Paraná, com a três primeiras cidades fundadas na região, 1934. Fonte: CDPH-UEL.

A estimativa da companhia colonizadora era permitir oito famílias em cada 100 ha de terra agrícola (ou um número consideravelmente mais alto em zonas cafeeiras) e com pelo menos metade desse total instalado nas cidades e vilas, ocupando-se com serviços auxiliares à agricultura, de modo que o parcelamento rural daria à região quando totalmente desenvolvida a capacidade de suportar uma população de um a dois milhões de habitantes (Rego, 2009, p.49). As terras da companhia inglesa no norte do Paraná somavam mais de 1.200.000 ha, e hoje esta região conta aproximadamente dois milhões de habitantes. Os lotes rurais destinados a pequenos proprietários tinham 24, 36 ou 48 ha e configuravam faixas retangulares de terra que iam dos ribeirões, na parte baixa do sítio – às estradas abertas nas linhas de cumeada. Deste modo, e aproveitando as linhas naturais do terreno, cada lote tinha acesso direto à agua e ao sistema de transporte (Companhia, 1975, p.78).

O esquema de colonização sistemática e urbanização deliberada implantado pela companhia inglesa no norte do Paraná adaptava o ideário *garden city* à iniciativa privada e propunha cidades de equivalentes com aproximadamente 30.000 habitantes, regularmente espaçadas e conectadas pela rodovia. Esse esquema remontava à noção howardiana de 'cidade

social' (Howard, 1965, p.138), ou seja, um conjunto de cidades (jardins) interconectado e entrosado com o campo de modo que cada habitante de uma cidade com população comparativamente pequena pudesse desfrutar de uma comunicação fácil, rápida e barata com uma grande agregação populacional, para que as vantagens apresentadas por uma grande cidade estivessem ao alcance de todos (Hall e Ward, 1998, p.23), assim configurando uma 'região urbana' (Ward, 1992, p.10. Figura 5).[1]

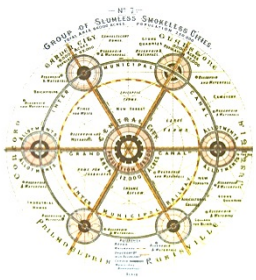

Figura 5. Diagrama de Ebenezer Howard para a cidade social. Fonte: Howard, 1965.

Na Inglaterra, de pronto se percebeu que as cidades jardins eram 'esquemas de colonização doméstica' e que, portanto, deviam "ser consideradas como modelos oportunos para a organização da transferência planejada de comunidades" (Purdom, 1925, p.483), mas a difusão internacional do ideário cidade jardim se deu seletivamente, deixando de lado o ideal cooperativo, não-especulativo, comunitário, tal como definido por Howard (Miller, 2002; Miller, 2010; Ward, 2002; Sutcliffe, 1981, p.169). Nesse sentido, o diagrama de Howard permitiu a conformação urbana do norte do Paraná (Rego, 2009; Rego e Meneguetti, 2010).

Entretanto, nos anos 1940 este esquema inicial de cidade social foi adaptado à nova situação do empreendimento norte-paranaense e ao contexto nacional contemporâneo. A necessidade de ocupar mais rapidamente o território, a iminente nacionalização das ferrovias e a recente mudança na direção do empreendimento de colonização norte-paranaense, levaram à implementação do esquema de cidades satélites – desdobramento mais recente do ideário *garden city* em discussão nos meios acadêmicos e no mundo profissional, inclusive no Brasil (Rego, 2009; cf. Purdom, 1925, p.23; Abercrombie, 1933, p.99; Hall, 1988, p.195).[2] Assim, de uma linha de cidades dispostas ao longo da ferrovia, a urbanização do norte do Paraná se transformou rapidamente em uma constelação de cidades hierarquizadas, conectadas, interdependentes e atreladas ao campo (Rego e Meneguetti, 2010). De toda sorte, as cidades

[1] Vale lembrar que *Rurisville* é o nome dado por Ebenezer Howard a uma das cidades jardins reunidas no diagrama de sua cidade social. Cf. Howard, 1965.
[2] Dois dos diretores da CMNP eram egressos da Escola Politécnica de São Paulo, onde o urbanismo era ensinado a partir de experiências inglesas e norte-americanas. Cf. Ficher, 2005, p.199.

ainda ficavam subordinadas ao contexto regional, em harmonia com a periferia rural (cf. Hall, 1988, p.10 e 197).

De acordo com o plano da companhia colonizadora, "as cidades destinadas a se tornarem núcleos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários" (Companhia, 1975, p.76 e 252). De acordo com este raciocínio as cidades maiores teriam aproximadamente 100.000 habitantes, enquanto as cidades menores contariam cerca de 20.000 e os patrimônios, não mais que 10.000 residentes. Conforme a redução da área urbana, caía também a oferta de serviços e equipamentos urbanos ali estabelecidos, mas permaneciam o parcelamento rural de pequenas propriedades, o entrosamento entre cidade e campo e a configuração de toda uma 'região urbana'. A hierarquia dos núcleos urbanos permitia o aceleramento da ocupação regional, a simplificação da infraestrutura e, ao mesmo tempo, a sua distribuição geral, além de uma redução nos custos de cada nova 'cidade' que daria suporte à zona rural e ao produtor agrícola – razão de todo o empreendimento. Desse modo, enquanto o esquema de cidade social viu nascer uma dezena de cidades novas planejadas no norte do Paraná, o esquema de cidades satélites, impulsionado pela cultura cafeeira, deu margem a quase uma centena de novos núcleos urbanos.

O norte do Mato Grosso: entre o *Urbanismo Rural* e a experiência norte-paranaense

Originalmente previsto pelo governo federal para a ocupação ao longo da Transamazônica e pressupondo a atuação direta do Estado, o *Urbanismo Rural* reconhecia que podia "interessar a empresas privadas de colonização, como negócio rentável" (Camargo, 1973, p.26). Com efeito, o esquema do *Urbanismo Rural* embasou a colonização da Gleba Celeste, no norte do estado do Mato Grosso, proposta pela Colonizadora Sinop e aprovada pelo INCRA e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 1972[3], a partir do projeto elaborado pelo engenheiro civil Roberto Brandão, egresso da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná em 1954.[4]

A Gleba Celeste era então constituída por uma área de mais de 279.000 ha, fortemente coberta por mata nativa, situada a aproximadamente 400 km da capital do Mato

[3] O *Urbanismo Rural* foi publicado em 1973, mas Camargo tem projetos e esquemas datados de 1970, 1971 e 1972, pois vinha atuando junto ao INCRA há quase duas décadas.
[4] Este curso incluía a disciplina Traçado de cidades, que tratava do urbanismo a partir do exemplo de cidades reconhecidas pelo seu planejamento, assim mencionando temas relativos a *City Beautiful*, *Garden City*, *Civic Design*, etc., e citando Radburn, Welwyn, Washington, Goiânia, Belo Horizonte, e outras referências importantes da história do urbanismo. Cf. Puppi, 1981.

Grosso pela recém-aberta rodovia Cuiabá-Santarém. Para esta área a Colonizadora SINOP propôs o parcelamento rural e a implantação de núcleos urbanos de acordo a Resolução no 13/67, referente à Metodologia de Implantação de Projetos de Colonização Particular e o Planejamento Urbano Rural (ou *Urbanismo Rural*), ambos do INCRA (Doula e Kikuchi, 2005). Entretanto, a Colonizadora SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – era uma companhia com experiência em fundação de cidades na frente pioneira de expansão agrícola do Paraná, onde sociedades imobiliárias e pequenas companhias colonizadoras seguiram o esquema de colonização implantado pela empresa inglesa, tanto no modo de parcelamento rural quanto na definição do traçado dos novos núcleos urbanos. No norte e no oeste do Paraná, sempre nas imediações das terras da companhia inglesa, a SINOP havia fundado quatro cidades e outros pequenos núcleos urbanos na década de 1950 (Oliveira Neto, 2012; Rego, 2014).

Assim a divisão dos lotes rurais proposta pela Colonizadora SINOP no norte do Mato Grosso obedecia o critério de prover todos as unidades agrícolas com acesso direto à estrada, aberta "mais ou menos no espigão", e à água corrente (Colonizadora Sinop, 1972, p.23. Figura 6). Portanto, enquanto a hierarquização dos núcleos urbanos e sua integração com a zona rural estavam atrelados ao *Urbanismo Rural*, o esquema de parcelamento rural espelhou a prática estabelecida no norte paranaense (Rego, 2009; Rego e Meneguetti, 2010; Rego, 2011).

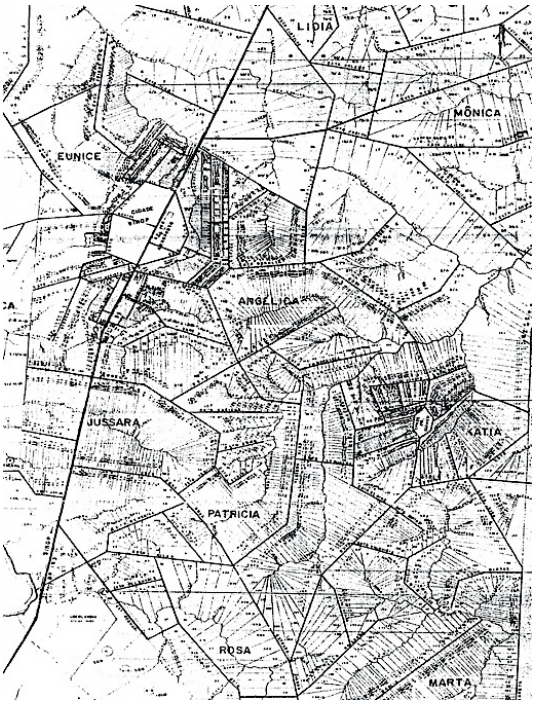

Figura 6. Detalhe do mapa da colonização da Gleba Celeste, com (a então *rurópolis*) Sinop ao alto (à esquerda) e (a *agrópolis*) Santa Carmen à direita (no centro), rodeadas por bairros rurais. Fonte: Colonizadora Sinop, 1975.

De acordo com o projeto de colonização elaborado pela SINOP, a organização territorial da Gleba Celeste estaria formada por bairros agrupados em torno de um centro urbano e distribuídos em um complexo viário (Colonizadora Sinop, 1972, p.22). A gleba contaria então com uma cidade principal, Sinop, e duas cidades pequenas, Vera e Santa Carmen, posicionadas, respectivamente, a 52 e 25 quilômetros de distância da cidade principal. Sinop foi, portanto, definida como "centro urbano de convergência", preparado para acolher 20 mil habitantes[5], enquanto Vera e Santa Carmem foram planejadas para abrigar aproximadamente 5.000 moradores (Colonizadora Sinop, 1972, p.30, 31 e 35). Com isso, Vera teve sua "definição urbana destinada a prover uma população rural, no complexo colonizador da Gleba Celeste, com seus equipamentos vinculando-se num todo com a *cidade líder* (cidade Sinop)" (Colonizadora Sinop, 1972, p.35. Grifo meu).

Entre estas cidades pequenas, e de modo a "induzir a zona rural para uma vida comunitária, reservou-se ao longo das estradas, em distâncias de 6 em 6 km, áreas de mais ou menos 1 ha destinadas a abrigar instalações que atendam a vida religiosa, social, a instrução primária e a produção" (Colonizadora Sinop, 1972, p.22). Assim em torno de Sinop, Vera e Santa Carmen estariam respectivamente dispostos os "bairros rurais" nomeados de Angélica e Eunice; Marta e Rosa; e Kátia, Patrícia e Jussara (Colonizadora Sinop, 1972, p.10). Configurava-se assim a hierarquização preconizada pelo *Urbanismo Rural*, já realizada no norte paranaense, com uma constelação de núcleos urbanos subordinados entre si e integrados ao campo. Enquanto no norte do Paraná os lotes maiores podiam chegar a 48 ha, os lotes rurais na Gleba Celeste seriam maiores, de três tipos, de acordo com suas dimensões médias: tipo A, com 120 ha; tipo B, com 50 ha; e tipo C, tendo entre 10 e 25 ha. De toda sorte estariam localizados "estrategicamente próximos às (...) *Agrovilas* e *Cidades*" para abastecimento interno da gleba (Colonizadora Sinop, 1972, p.40 e 41). Contudo, os maiores lotes em torno de Sinop passaram dos 120 ha previstos originalmente, atingindo áreas de até 290 ha. Nota-se, portanto, no norte do Mato Grosso densidade populacional menor e produção agrícola mais extensiva que aquelas verificadas do norte do Paraná. Certamente também contribuíram para essa diferença a evolução tecnológica e a mecanização do campo ocorridas entre os anos 1950 e 1970.

Conclusão

[5] No entanto, alguns anos mais tarde, o traçado urbano de Sinop foi revisto e ampliado, acomodando 100.000 habitantes. Cf. Rego, 2014.

Como este trabalho mostrou, a ideia original de Howard – "uma mediação pacífica entre os dois polos opostos, cidade e zona rural, com a concepção de um terceiro, capaz de conter em si as características próprias das duas condições (as vantagens higiênicas do morar no campo e a rede de trocas do hábitat urbano)" (Calabi, 2012, p.33) – deu margem a que esquemas de colonização como o do norte do Paraná e da bacia Amazônica vislumbrassem no campo um possível catalisador, capaz de atrair e manter pessoas em uma zona rural 'urbanizada'.

Uma ampliação (conceitual e geográfica) da teoria howardiana havia adaptado a ideia inicial da cidade jardim ao crescimento da metrópole inglesa com a formação de núcleos urbanos periféricos; assim foram desenvolvidas propostas para cidades satélites e a descentralização da metrópole, que foram adaptadas e postas em prática nos países europeus até os anos 1970 (Calabi, 2012, p.29 e 223; Hall, 1988, p.197). De modo semelhante, um conjunto de ideias urbanísticas ligadas ao movimento inglês em torno da cidade jardim foi desprovido da sua natureza cooperativa e comunitária original e, deslocado para o contexto brasileiro de criação de cidades novas em frentes pioneiras de expansão agrícola, foi adaptado tanto pela iniciativa privada quanto pela ação governamental.

Nos esquemas aqui analisados – da proposta de cidades satélites ao redor de Londres aos esquemas de colonização do norte do Paraná e da bacia amazônica–, notam-se as mesmas integração cidade-campo e hierarquização urbana, com uma relação de dependência, proximidade e conexão entre núcleos urbanos. Extrapolando a adaptação (prática) de uma ideia estrangeira de planejamento urbano e regional 'imposta' ao contexto colonização norte-paranaense, o *Urbanismo Rural* configurou o que se chamou de 'inovação sintética' (cf. Almandoz, 2010, p.6; Ward, 2000, p.44), contribuindo (inclusive teoricamente) para a recriação local de conceitos apreendidos de experiências diversas.

Tanto no esquema teórico do *Urbanismo Rural* quanto na decorrente colonização do norte do Mato Grosso pode-se notar a hierarquização de quatro núcleos urbanos, enquanto no norte do Paraná foram teoricamente apenas três (embora a prática tenha apontado quatro); as distâncias entre núcleos básicos e núcleos imediatamente superiores também variam: no *Urbanismo Rural* recomendava-se até 10 km e norte no Paraná até 15 km. No norte do Paraná as cidades principais foram criadas com um porte maior – mais precisamente o dobro da população prevista nas cidades do *Urbanismo Rural*. E enquanto no esquema inicial de colonização do norte do Paraná o principal meio de transporte era a ferrovia, mais tarde sobrepujado pelas estradas de rodagem, as colonizações na bacia amazônica nasceriam em função das novas rodovias – a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém.

Este trabalho não se propôs avaliar os resultados destes esquemas de colonização privada e governamental, sabidamente distintos e notavelmente superior nas iniciativas privadas, ainda que elas tenham ocorrido em dois períodos distintos; com isso, ainda resta esta avaliação comparativa por fazer. Mas, visando o tema desta sessão temática, mostrou-se aqui, portanto, a trajetória de uma ideia urbanística, suas adaptações e sua contribuição para a ocupação planejada do interior do país através da criação de cidades novas em frentes pioneiras de expansão agrícola. Os três casos aqui estudados mostram, ainda, o urbanismo em uma escala de atuação regional então pouco comum: o planejamento de zonas urbanas e de zonas rurais, às quais o conjunto de cidades está integrado.

Bibliografia

Abercrombie, P. 1933. *Town & country planning*, Londres, Thornton Butterworth Ltd.

Almandoz, A. (ed.). 2010. *Planning Latin America's Capital Cities 1850-1950*, Londres, Routledge.

Braga, A. M. C. 2011. *(Im)possíveis Brasílias. Os projeto apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal,* São Paulo, Alameda.

Brasil. 1971 *Anais do Seminário de Desenvolvimento Urbano e Local,* Brasília, Ministério do Interior/Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Brasil. 1972. *Planejamento urbano e local e o desenvolvimento das faixas pioneiras,* Brasília, SERFHAU.

Brasil. 1973. *Controle do uso do solo urbano. Anais do IV Curso Intensivo de Planejamento Urbano e Local,* Brasília, SERFHAU/MINTER/OEA.

Calabi, D. 2002. *História do urbanismo europeu*, São Paulo, Perspectiva.

Camargo, J. G. da C. 1973. *Urbanismo rural,* Brasília, Ministério da Agricultura/INCRA.

Cardoso, A. C. D. e Lima, J. J. F. 2009. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. *Novos Cadernos NAEA*, 12 (1), 161-192.

Colonizadora SINOP. 1972. *Projeto aprovado pelo INCRA e SUDAM*.

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. 1975. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*, S.l., CMNP.

Doula, S. M. e Kikuchi, M. Y. 2005. A estratégia da ocupação territorial da Amazônia: A cidade planejada de Sinop. *Trabalho apresentado no V SHCU*, Campinas, PUC. Disponível em <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/706/681> [20 de dezembro de 2013].

Dozier, C. L. 1956. Northern Paraná, Brazil: an example of organized regional development. *Geographical Review*, 46 (3), 318-333.

Ficher, S. 2005. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*, São Paulo, EDUSP.

Hall. P. 1988. *Cidades do amanhã*, São Paulo, Perspectiva.

Hall, P. e Ward, C. 1998. *Sociable cities. The legacy of Ebenezer Howard,* Chichester, John Wiley & Sons.

Howard, E. 1965. *Garden cities of to-morrow,* Cambridge, Mass., The MIT Press.

Katzman, M. T. 1977. *Cities and frontiers in Brazil: regional dimensions of economic development,* Cambridge, Mass., Harvard University Press.

Miller, M. 2010. *English garden cities*, Swindon, English Heritage.

Miller, M. 2002. Garden cities and suburbs: at home and abroad. *Journal of Planning History*, 1, 6-28.

Oliveira Neto, A. C. de. 2012. *Entrevista concedida em 14/11/2012* (Arquivo do Grupo de Pesquisa Arte, Arquitetura, Cidade), Maringá, DAU/UEM.

Puppi, I. C. 1981. *Estruturação sanitária das cidades*, Curitiba, Editora da UFPR.

Purdom, C B. 1949. *The building of satellite towns. A contribution to the study of town development and regional planning,* Londres, J. M. Dent & Son Ltd. Primeira edição 1925.

Rego, R. L. 2009. *As cidades plantadas. O britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná,* Londrina, Humanidades.

Rego, R. L. 2011. A tropical enterprise: British planning ideas in a private settlement in Brazil. *Planning Perspectives*, 26 (2), 261-82.

Rego, R. L. 2014. Imagining the model, designing the city. Planning diffusion in twentieth-century Brazil. *Planning Perspectives*, 29 (4), DOI 10.1080/02665433.2014.921578. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/.VCVmBku4Qds> [26 de Setembro de 2014].

Rego, R. L. e Meneguetti, K. S. 2010. Planted towns and territorial organization: the morphology of a settlement process in Brazil. *Urban morphology*, 14 (2), 101-9.

Rezende, V. (org.). 2012. *Urbanismo na era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*, Niterói, UFF.

Sutcliffe, A. 1981. *Towards the planned city. Germany, Britain, the United States and France, 1780-1914*, Oxford, Basil Blackwell.

Tavares, J. C. 2004. *Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional.* Dissertação de mestrado, São Carlos, EESC USP.

Trevisan, R. 2011. Cidades plantadas na floresta Amazônica: ações estatais para ocupação e

urbanização do centro-norte brasileiro. *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial EGAL, 1-18.

Ward, S. V. 1992. The garden city introduced, in Ward, S. V. (ed.). *The garden city: past, present and future,* Londres, E & FN Spon, 1-27.

Ward, S. V. 2000. Re-examining the international diffusion of planning, in Freestone, R. (ed.). *Urban planning in a changing world,* Londres, E & FN Spon, 40-60.

Ward, S. V. 2002. Ebenezer Howard: his life and times, in Parson, K. C. e Schuyler, D. (eds.) *From garden city to green city: the legacy of Ebenezer Howard*, Baltimore, John Hopkins University Press, 14-37.

Yamaki, H. 2006. *Labirinto da memória*, Londrina, Humanidades.

Agradecimento

Este trabalho decorre de um estágio de pós-doutorado junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. Agradeço à Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme pela oportunidade deste estágio junto ao seu grupo de pesquisa.